



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016**

RELATÓRIO

1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU, competência em matérias cível, execução fiscal e previdenciária.

Juíza Federal Titular: Dra. MARCELI MARIA CARVALHO SIQUEIRA

Juiz Federal Substituto: Não há.

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 25 a 29 de janeiro de 2016, a correição ordinária eletrônica da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento da Meta 2 do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
3. Observar e retificar, quando possível, a correta classificação das sentenças, no corpo do texto e no sistema Apolo;
4. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 118 processos com sentença, sem tal fase informada;
6. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;
7. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça, nos quais não foi localizada a respectiva ordem judicial;
8. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens penhorados (constritos), preenchendo as informações necessárias.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício n.º 518/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 18/01/2016, e Portarias PR-RJ n.º 53 e 58, de 15/01/2016, o Procurador da República Dr. Eduardo Ribeiro Gomes El-Hage foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 282-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 14/12/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dra. Marcelli Maria Carvalho Siqueira, em exercício desde 22/01/2015.

. Substituto: Não há.

De acordo com o questionário pré-correição:

“São observados os atos normativos que disciplinam a atuação dos Juízes Federais, no que tange à divisão de trabalho entre Juiz Titular e Juiz Substituto, nos termos da Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF-2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF-2ª Região.

Até 04/05/2015, atuou como Juiz Substituto neste juízo o Dr. MAURÍCIO MAGALHÃES LAMHA, a partir de quando foi designado para, com prejuízo de sua jurisdição, assumir a titularidade da 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro/SJRJ e prestar auxílio à 8ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro/SJRJ, até 02/06/2015 (Ato nº TRF2- ATC-2015/00108, de 04/05/2015), assumindo posteriormente a 4ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro/SJRJ, em virtude de remoção a pedido (Ato nº TRF2-ATP- 2015/00274, de 07/05/2015). A partir de 10/06/2015, foi lotada nesta vara a Juíza Substituta Drª MARIANA CAMARGO CONTESSA (Ato nº TRF2-ATP- 2015/00311, DE 18/05/2015), a qual exerceu jurisdição neste juízo nos dias 01 a 03/07/2015, em virtude de trânsito no período de 10 a 19/06/2015 (Ato nº TRF2-PTC-2015/00261, de 27/05/2015) e designação automática para assumir a titularidade da 10ª Vara de Execução Fiscal do Rio de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Janeiro/SJRJ a partir de 06/07/2015 (Ato nº TRF2-ATC-2015/00198, de 01/01/2015), vindo a assumir definitivamente neste juízo a partir de 03/08/2015. A Juíza Substituta, em virtude da escala de designações automáticas, atua nesta vara apenas na primeira quinzena de cada mês. Neste momento, a Juíza Substituta encontra-se afastada da jurisdição nesta vara em virtude de designação para assumir, com prejuízo da jurisdição, a titularidade da 10ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/SJRJ no período de 07/01/2016 a 05/02/2016 e, posteriormente, assumir, com prejuízo da jurisdição, a titularidade da 06ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/SJRJ no período de 18/01/2016 a 16/02/2016, conforme o Ato nº TRF2-ATC-2015/00392, de 15/12/2015. Logo, voltará a atuar nesta vara apenas no mês de março.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 12

Total de Servidores lotados na Vara: 11

Analistas Judiciários: 01

Técnicos Judiciários: 10

Técnico Judiciário/Segurança: N/A

Auxiliar Judiciário: N/A

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Acervo	Correição Julho/2014		Julho/2015		Correição Janeiro/2016	
	Cível	Exec. Fiscal	Cível	Exec. Fiscal	Cível	Exec. fiscal
Total	715	2.715	945	3.140	890	3.414
Suspensos	52	1.632	91	2.247	118	2.295
Ag. julga. recurso	13	18	55	13	41	13
Tramita. ajustada	650	1.065	799	880	731	1.106
Total Geral (Em tramitação)	1.715		1.679		1.837	

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2013 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 19/01/2016.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Período	01/01/2015 a 31/12/2015		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.296	60,34	23
Decisão	2.685	30,59	40
Sentença	796	9,07	14
Total Geral	8.777	100,00	28

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 19/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS DO CNJ

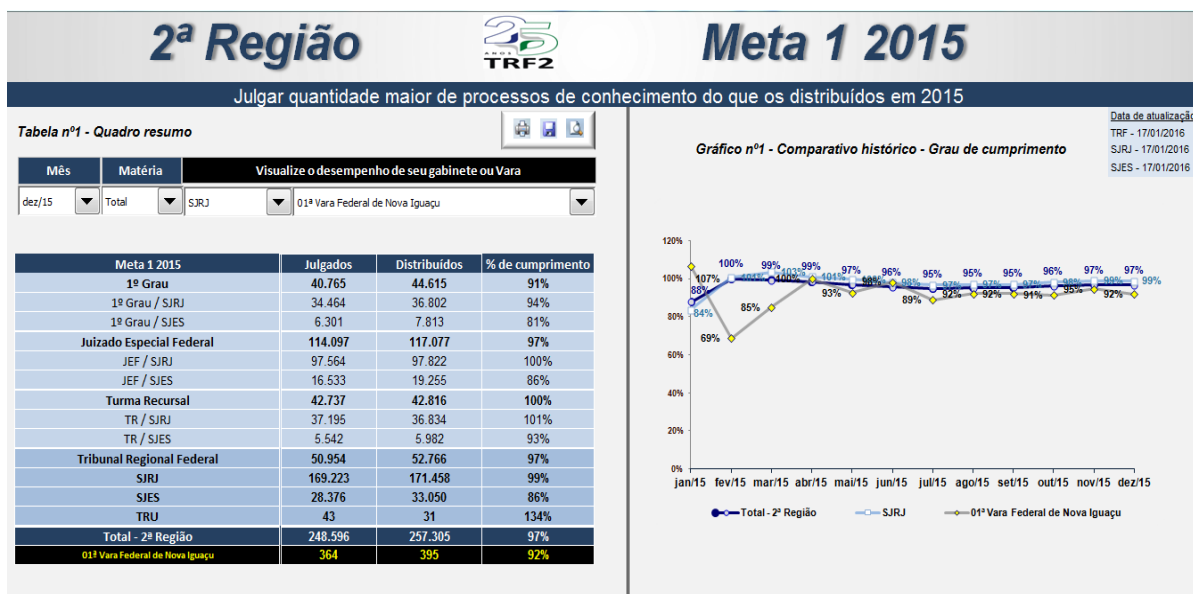
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metasp/metasp-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

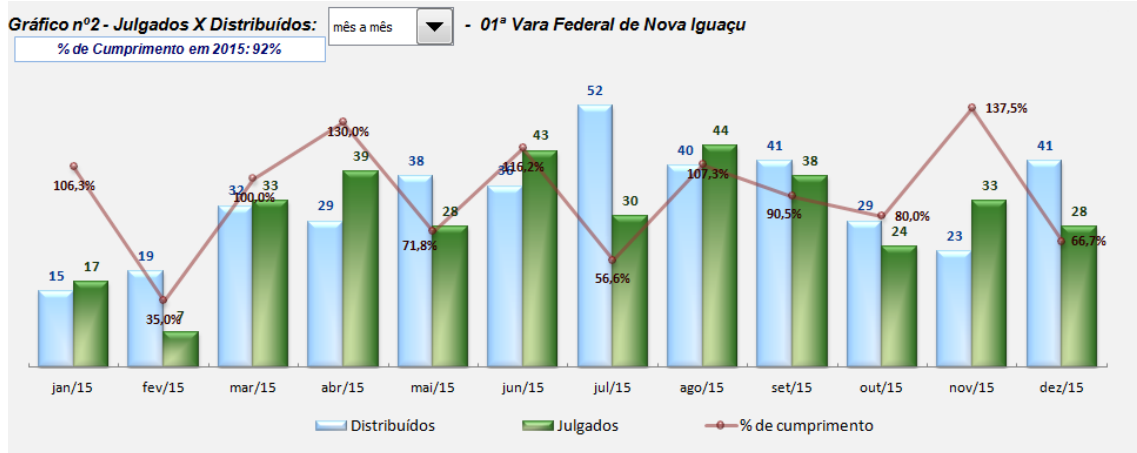
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 92%**, como ilustram os gráficos a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/01/2016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constam 04 processos pendentes de julgamento:

2ª Região TRF2 Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data: dez/15 | Meta %: 100% | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Data de atualização:
 TRF - 31/12/2015
 SJRJ - 31/12/2015
 SJES - 31/12/2015

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
Total - 2ª Região	209.710	193.944	8.068	202.012	7.698	96%
01ª Vara Federal de Nova Iguaçu	87	82	1	83	4	95%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ Sem movimentação há mais de 100 dias: 01 processo

Processo	Classe
00005562420104025120	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

00005562420104025120: Autuado em 26/11/2010. Deferido efeito suspensivo aos embargos, em 24/03/2011. Determinada realização de perícia em 03/12/12. Fixados honorários periciais em 14/07/2014, em decisão contra a qual foi interposto agravo retido. **Processo concluso para despacho em 04/08/2015, com minuta de texto no sistema.**

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 09 processos

Processo	Classe
00029454920044025101	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00017616920094025170	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00006138620104025170	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA

00029454920044025101 – 05009 - AÇÃO DE USUCAPIÃO. Autuado em 19/02/2004, inicialmente distribuído à 27ª VF/RJ. Determinado esclarecimento de interesse da CEF no imóvel, em 24/07/2004, ordem reiterada em 15/12/2004 e em 25/03/2005. Despacho de 06/07/2005, determinando que a CEF apresentasse os documentos comprobatórios da cessão de créditos referentes ao imóvel, reiterado em 03/10/2005, e em 04/10/2006. Ordem de citação em 15/06/2007. Alteração do polo passivo e nova ordem de citação em 28/10/2009. Declarada incompetência absoluta do juízo em 09/04/2010. Redistribuído em 16/06/2010 para 05ª Vara Federal de São João de Meriti. Determinada especificação de provas em 10/09/2010. Julgamento convertido em diligência em 04/07/2011 e novamente em 27/04/2012, para juntada de documentos, e, mais uma vez, 02/04/2013, desta vez para inclusão da União no polo passivo e respectiva citação. Nomeado curador especial a um dos réus, em 13/03/2015. Declarada incompetência absoluta do juízo, em 13/10/2015, e determinada a remessa dos autos para Nova Iguaçu, redistribuídos em 15/12/2015. Processo concluso para sentença em 12/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00017616920094025170 – 01003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS, autuado em 29/04/2009, inicialmente distribuído ao 1º JEF/Nova Iguaçu. Ordem de citação em 24/11/2010. Determinada remessa dos autos a uma das varas federais de Nova Iguaçu, em 05/06/2013, em razão da necessidade de citação por edital, e redistribuídos os autos em 06/06/2013. Deferida em 07/10/2015 a busca através do BACENJUD de endereço para localização do réu. Última decisão de 14/12/2015, determinando suspensão do feito até o cumprimento da carta precatória expedida em 03/12/2015.

00006138620104025170 – 01002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA, autuado em 09/03/2010, distribuído ao 3º JEF/Nova Iguaçu. Designada audiência de conciliação em 29/03/2010. Declarada incompetência absoluta do juízo, em 09/09/2011. Suscitado conflito de competência, em 20/10/11. Suspenso o andamento do feito, em 10/02/2012, aguardando julgamento do conflito. Retomado andamento do feito em decisão de 13/08/2014. Designada audiência de conciliação em 10/11/2015. Processo concluso para sentença em 18/01/2016, sem minuta de texto no sistema.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/01/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 25/01/2016.**

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior

Não se aplica.

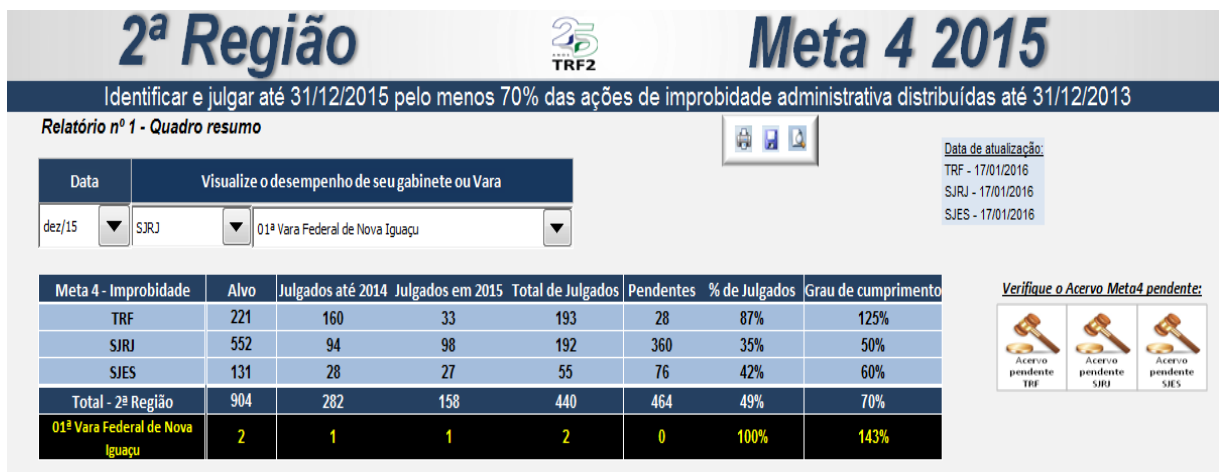
IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Situação: de acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 143%**, inexistindo acervo pendente, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/01/2016.

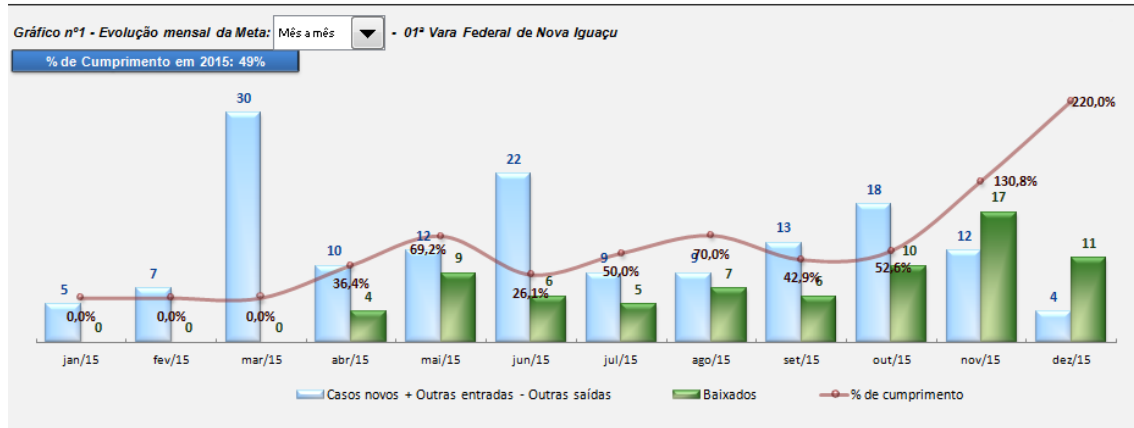
V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 19/01/2016.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Situação: de acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas, o percentual de cumprimento desta Meta é de **100%, inexistindo acervo pendente**, como se verifica a seguir:

Microsoft Excel - Meta 06 - 1 NI 2016 [Modo de Compatibilidade]

2ª Região **TRF2** **Meta 6 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data: dez/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: S/RJ | 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Data de atualização: TRF - 17/01/2016 | S/RJ - 17/01/2016 | SJES - 17/01/2016

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	516	291	106	397	119	77%
SJRJ	851	472	105	577	274	68%
SJES	113	55	13	68	45	60%
1º Grau	964	527	118	645	319	67%
Total - 2ª Região	1.480	818	224	1.042	438	70%
01ª Vara Federal de Nova Iguaçu	6	6	0	6	0	100%

Verifique o Acervo Meta6 pendente: TRF, SJRJ, SJES

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 19/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:

MATÉRIA CÍVEL

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010): Não há.

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005): Não há.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Classe 6001: Ação Civil Pública

Total: 08

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 08

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0000172-22.2014.4.02.5120 – Autuada em 13/02/2014. Deferida parcialmente a liminar e determinada a citação em 03 de abril de 2014. Última decisão de 03/09/2015, determinando citação por edital. Último movimento em 13/01/2016, tipo expedir edital.

0000691-94.2014.4.02.5120 – Autuado em 03/06/2014. Deferida liminar em 11/06/2014. Designada audiência em 07/08/2015, realizada em 05/10/2015, **quando foi proferida a última decisão, em que deferida produção de provas pericial e testemunhal. Último movimento de juntada, em 10/12/2015.**

0000721-32.2014.4.02.5120 – Autuado em 16/06/2014. Deferida parcialmente a liminar em 24/06/2014. Determinada especificação de provas, em 09/03/2015. Concluso para sentença em 07/01/2016.

0001924-97.2012.4.02.5120 – Autuado em 11/12/2012. Indeferida liminar em 18/12/2012. Sentença terminativa proferida em 15/03/2013. Declarada a nulidade da sentença pelo Tribunal, foi retomado o andamento do feito, cf. despacho de 29/10/2013, quando determinada especificação de provas. Julgamento convertido em diligência em 02/07/2014, para declinar da competência para a Justiça Estadual. Interposto recurso, foi determinada a suspensão do processo, em 07/10/2014. **Em 16/11/2015, consta cópia de decisão, proferida em sede de agravo de instrumento, que admitiu o recurso especial na forma retida, sem movimentação posterior.**

0001925-82.2012.4.02.5120 – Autuado em 11/12/2012. Deferida liminar em 14/12/2012. Decretada revelia em 19/02/2013. Sentença terminativa proferida em 15/03/2013, **sem classificação no corpo do texto.** Com o julgamento do recurso, foi retomado o andamento do feito, em 26/02/2015. Concluso para decisão em 18/01/2016.

Classe 6006: Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa:

Total: 04

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0000168-53.2012.4.02.5120 – Autuado em 03/02/2012. Notificação dos réus determinada em 09/02/2012. Inicial recebida em 29/11/2012. Determinada especificação de provas em 15/04/2013. Indeferida prova pericial em 15/07/2013. Proferida sentença tipo A, em 07/07/2014, julgando procedente em parte o pedido. Autos retornaram do Tribunal em 06/11/2015. Último despacho em 11/01/2016, para expedição de ofício. Último movimento em 19/01/2016, tipo aguardando devolução de mandado.

0022162-35.2015.4.02.5120 - Autuado em 09/03/2015. Ordem de notificação em 13/03/2015. Suspensão do processo em 21/09/2015, aguardando a devolução de carta precatória. Concluso em 13/01/2016 para decisão, sem minuta de texto no sistema.

0083920-15.2015.4.02.5120 - Autuado em 30/07/2015. Ordem de emenda à inicial em 04/08/2015. Determinada notificação em 11/11/2015. Último despacho de 09/12/2015, para o MPF em réplica. **Último movimento de devolução de remessa do MPF, em 12/01/2016.**

0084199-98.2015.4.02.5120 - Autuado em 31/07/2015. Determinada emenda à inicial em 04/08/2015. Ordem de notificação em 14/09/2015. Processo concluso para despacho em 19/01/2016, sem minuta de texto no sistema.

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018): Não há.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 19/01/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 26/01/2016.**

**→ AUDIÊNCIAS (DE 01/01/2015 A 31/12/2015)
(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 35 audiências designadas, sendo a primeira de 07/01/2015, e a última de 09/12/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, extraída em 18/01/2016 do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências - 2015.

➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisando os locais virtuais, observamos os seguintes endereços eletrônicos para as iniciais:

CV – INICIAIS: 00 documento.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

*“Atualmente, a análise de **iniciais** e de prevenção é efetuada pelo Setor de Apoio ao Gabinete, após confecção de certidão de prevenção por uma das estagiárias.” (grifo nosso).*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 19/01/2016, às 14h21, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

BALCÃO DE ENTRADA

Documentos: 95 documentos, sendo o mais antigo o de 17/08/2015, sob o nº 0146902-36.2013.4.02.5120.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 19/01/2016, às 14h21



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Analisando os locais virtuais, não observamos endereços eletrônicos para as prevenções.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

*“Atualmente, a análise de iniciais e de **prevenção** é efetuada pelo Setor de Apoio ao Gabinete, após confecção de certidão de prevenção por uma das estagiárias.” (grifo nosso).*

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado:

“A verificação de prevenção, litispendência e coisa julgada são efetuadas na forma do provimento nº T2-PVC-2010/00079, de 27/08/2010, da Corregedoria do TRF-2ª Região. A análise de prevenção é feita imediatamente à distribuição do feito. A apreciação da possibilidade de prevenção, litispendência ou coisa julgada é precedida de certidão cartorária, lavrada pela servidora responsável do Setor de Secretaria Cível, que indica o atual andamento, bem como informa as partes, o objeto e a causa de pedir do processo apontado no Termo de Prevenção/Informação.”

Fonte: Questionário pré-correição de 2015, item 3.11.1 e Relatório de Inspeção Anual de 2015, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2016/00241, de 14/01/2016.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Posição em	19/01/2016
Conclusão até	18/01/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	86	95,56
Decisão	4	4,44
Sentença	0	0,00
Total Geral	90	100,00

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, constantes do mapa de processos conclusos do Sistema Processual Apolo:

00003429120144025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 24/03/2014; em 26/08/2015 despacho determinando a remessa das folhas à SEDIS-IG para autuação como embargos à execução fiscal – classe 12006, vinculada a este feito, considerando que os embargos foram incorretamente protocolados como peça intercorrente. Assinado eletronicamente em 13/01/2016.

00008466820124025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 31/05/2012; em 25/09/2015 decisão indeferindo o pleito formulado, dando vista ao exequente e, após, proceda-se à penhora dos imóveis indicados pelo exequente às fls. 238/263, expedindo mandado com as cominações legais. Assinado eletronicamente em 19/01/2016.

00018069220104025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 25/06/2011; em 18/09/2015 despacho suspendendo a execução, na forma e pelos prazos previstos no art. 40 da LEF, considerando a ausência da manifestação da exequente. Assinado eletronicamente em 13/01/2016.

00004716720124025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 22/03/2012; em 19/01/2015 decisão indeferindo o pedido de citação pela via postal e determinando a citação da executada na pessoa do representante legal; determinando, também, a expedição de mandado de citação, com as advertências legais. Após, aguardar pelo prazo legal o pagamento do débito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Inexistindo notícia de pagamento, dar vista à exequente para que requeira, no prazo de 10 dias, o que for de seu interesse. Com ou sem manifestação, voltar conclusos. Assinado eletronicamente em 19/01/2016.

00007756620124025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 17/05/2012; em 31/01/2014 decisão determinando a suspensão da presente execução, em virtude da concessão de parcelamento (art. 151, inciso VI do CTN c/c art. 792 do CPC). Assinado eletronicamente em 31/10/2014.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 19/01/2016.

TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR):

CÍVEIS:

ENTRE 31 E 60 DIAS: 141

HÁ MAIS DE 60 DIAS: 17

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos constantes do mapa de processos parados do Sistema Processual Apolo:

00286449620154025120. Trata-se de execução por título extrajudicial, distribuído em 24/03/2015; em 10/08/2015 despacho determinando a renovação de diligencia de citação, devendo constar no mandado o endereço informado pela exequente a fl. 50. Assinado eletronicamente em 12/08/2015; em 24/08/2015 movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado.

Parado desde então.

00006815020144025120. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuído em 29/05/2014; em 15/07/2015 sentença julgando procedente em parte o pedido veiculado nos presentes embargos para determinar que o prosseguimento dos atos de alienação dos bens penhorados fique a cargo do juízo de recuperação judicial, conforme fundamentação supra e improcedentes os demais pedidos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

extinguindo o feito com exame de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Assinado eletronicamente em 16/07/2015; em 28/07/2015 movimentação cartorária tipo expedir ofício, devolvido em 07/08/2015. **Parado desde então.**

05000440820154025120. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuído em 27/04/2015; em 09/09/2015 despacho remetendo os autos à SEDIS-IG para que sejam alterados os polos ativo e passivo, conforme indicado na petição inicial; uma vez cumprido, intimar novamente o embargante para que proceda, no prazo de 10 dias, a emenda aos embargos apresentados, para que atenda aos requisitos previstos no art. 736, parágrafo único, do CPC, sob pena de rejeição liminar; em 28/09/2015 remessa interna – local: 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu. **Parado desde então.**

01230467220154025120. Trata-se de execução por título extrajudicial, distribuída em 30/09/2015; em 16/10/2015 despacho citando as partes executadas para pagarem, em 3 dias, a dívida em honorários advocatícios, fixado em 10% sobre o valor atualizado da causa. Determinado, também, que os executados fiquem cientes de que tem 15 dias para oferecerem embargos, contados da data de juntada aos autos do mandado de citação; em 22/01/2016 movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado.

00006410520134025120. Trata-se de cumprimento de sentença, distribuído em 07/05/2013; em 07/10/2015 despacho renovando a diligencia de citação, devendo constar no mandado o endereço informado a fl. 99; em 26/10/2015 movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado. **Parado desde então.**

00007753220134025120. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuído em 31/05/2013; em 15/07/2015 despacho determinando a expedição dos requisitórios nos valores abaixo discriminados; em seguida, dar vista às partes, pelo prazo de 10 dias, para manifestação quanto aos valores dos requisitórios. Assinado eletronicamente em 23/10/2015; em 27/10/2015 movimentação cartorária tipo expedir precatório/RPV. **Parado desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00009018220134025120. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuído em 01/07/2013; em 27/08/2015 despacho citando a União Federal, nos termos do art. 730 do CPC, com prazo de 30 dias para oposição de embargos. Assinado eletronicamente em 09/09/2015; em 23/09/2015 remessa, carga para Procuradoria da Fazenda por motivo de embargos, devolvidos em 28/09/2015.

Parado desde então.

00024356620104025120. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuído em 11/07/2011; em 14/09/2015 despacho intimando a perita nomeada para a realização da perícia e entrega do laudo, respondendo aos quesitos apresentados, no prazo de 90 dias; após, dar vista às partes do laudo pericial, pelo prazo sucessivo de 10 dias, iniciando-se pelo embargante. Assinado eletronicamente em 27/10/2015; em 14/09/2015 conclusão para despacho de expediente, intimado em 29/10/2015. **Parado desde então.**

00031446720114025120. Trata-se de embargos à execução fiscal, distribuído em 25/01/2012; em 10/02/2015 despacho oficiando a CEF, determinando a transferência dos valores depositados pela embargada, conforme guia de fl. 117 para a conta indicada pelo Município de Nova Iguaçu, na petição de fl. 122. Findo o prazo sem notícia da transferência, solicitem-se informações à instituição bancária. Preferencialmente, por meio eletrônico. Após, voltar conclusos. Assinado eletronicamente em 16/07/2015; em 19/10/2015 movimentação cartorária tipo expedir ofício. **Parado desde então.**

01168447920154025120. Trata-se de ordinária/servidores públicos, distribuída em 15/09/2015; em 22/10/2015 despacho intimando a parte autora para que, no prazo de 48 horas, dê cumprimento ao despacho de fl. 78, sob pena de extinção, já que, concedida a oportunidade para que a parte autora se manifestasse acerca da determinação deste Juízo, deixou transcorrer *in albis* o prazo de fl. 80, sendo certo que o processo encontra-se há mais de 30 dias sem a devida manifestação da parte autora.

00021884620144025120. Trata-se de execução por título extrajudicial, distribuída em 24/09/2014; em 29/10/2015 despacho renovando a diligência de citação, devendo constar nos mandados os endereços informados às fls. 163/164;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

em 09/11/2015 movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado. **Parado desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 19/01/2016.**

EXECUÇÃO FISCAL:

- . Entre 121 e 180 dias: 132
- . Há mais de 180 dias: 10

Vistos, por amostragem, os processos abaixo discriminados, extraídos do mapa de processos parados, classe execução fiscal, do Sistema Processual Apolo, com posição em 19/01/2016:

00009271720124025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 25/05/2012; em 02/06/2015 decisão transferindo a conversão em renda pleiteada, expedindo ofício à CEF, determinando que sejam convertidas em renda da União, no prazo de 10 dias, os valores de fls. 36/37, comprovando-se nos autos. Havendo informações acerca da conversão de renda, intime-se a exequente para que, no prazo de 10 dias, o que for de seu interesse para o prosseguimento da execução; em 17/06/2015 movimentação cartorária tipo expedir ofício. **Parado desde então.**

00011766520124025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 17/07/2012; em 30/06/2014 despacho deferindo o requerido pela exequente, expedindo o necessário, com as cominações legais. Com o resultado das diligências, dar vista à exequente para que requeira, no prazo de 10 dias, o que for de seu interesse. Assinado eletronicamente em 26/05/2015; em 11/06/2015 movimentação cartorária tipo expedir mandado de citação. **Parado desde então.**

00025635220114025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 30/11/2011; em 25/05/2015 decisão determinando a expedição de ofício à CEF para que sejam convertidos em renda da União, no prazo de 10 dias, os valores de fls. 65/66, comprovando-se nos autos. A informação acerca do cumprimento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

da presente decisão judicial deverá ser comunicada pela CEF ao Juízo, no prazo de 05 dias de sua efetivação. Havendo informação acerca da conversão em renda, intimar a exequente para que, no prazo de 10 dias, o que for do seu interesse para o prosseguimento da execução; em 12/06/2015 movimentação cartorária tipo expedir ofício. **Parado desde então.**

00027912720114025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 21/12/2011; em 11/05/2015 sentença julgando extinto o processo de execução, na forma do art. 794, I do CPC; em 26/06/2015 movimentação cartorária tipo expedir alvará de levantamento. **Parado desde então.**

00001032920104025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 23/09/2010; em 14/04/2015 decisão deferindo a conversão de renda pleiteada; em 30/07/2015 movimentação cartorária tipo expedir ofício. **Parado desde então.**

00002591720104025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 03/11/2010; em 14/04/2015 decisão deferindo a conversão de renda pleiteada; em 14/07/2015 movimentação cartorária tipo expedir ofício. Assinado eletronicamente em 08/07/2015. **Parado desde então.**

00008480420134025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 28/06/2013; em 22/01/2016 ato ordinatório informando que foram efetuadas as retificações devidas na autuação, em cumprimento à decisão proferida a fl. 198; à mesma data, movimentação cartorária tipo expedir mandado de citação.

00013873820114025120. Trata-se de execução fiscal, distribuída em 09/09/2011; em 13/05/2015 despacho intimando a exequente para que informe, no prazo de 10 dias, os dados necessários à renovação do mandado, considerando a informação da exequente acerca da ausência de números de referencia e do código de receita. Com as informações, renove-se a diligência determinada a fl. 80. Decorrido o prazo sem manifestação, suspenda-se a execução, na forma e pelos prazos previstos no art. 40 da LEF; em 02/07/2015 movimentação cartorária tipo expedir ofício. **Parado desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados Execução Fiscal e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 19/01/2016.**

**DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Analisado o mapa de documentos pendentes de juntada, observamos que há 33 petições nesta situação, sendo a mais antiga a de janeiro de 2016.

Vistos, por amostragem, os seguintes processos abaixo relacionados, que apresentaram regular andamento no decorrer da correição, eis que tiveram suas respectivas petições juntadas:

01275026520154025120; 05001429020154025120; 00024979620164025120;
05000440820154025120; 05000882720154025120; 01492638920144025120;
01634544220144025120; 00002700720144025120; 00003024620134025120.

Analisando os locais virtuais, observamos os seguintes endereços eletrônicos para as petições pendentes de juntada:

CV – PETIÇÕES AGUARDANDO JUNTADA: com 14 documentos, sendo o mais antigo o de 02/02/2015, sob o nº 0101208-88.2013.4.02.5170.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual de 2015:

“Foram constadas 18 petições pendentes de juntada referentes a processo remetidos para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para julgamento de recurso. Este juízo observa o procedimento disposto na Nota Técnica nº 02/2013/TRF-SAJ, isto é: 1) Em caso de necessidade de remessa para a 2ª Instância, utilização do sistema Siga-Doc; 2) Caso a remessa não seja necessária, aguarda-se o retorno para a devida juntada. Ainda, nos termos da referida norma, em nenhuma hipótese a petição deverá ser baixada, de modo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

que as petições nesta situação, remetidas ao Tribunal ou não, permanecem pendentes no sistema Apolo, em local virtual próprio: Quanto às demais petições pendentes, encontravam-se todas dentro do prazo para juntada, a qual foi realizada normalmente durante a semana da inspeção.”

Nada foi relatado no questionário pré-correição de 2016 sobre as petições pendentes de juntada.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 19/01/2016, e Relatório de Inspeção Anual, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/10739, de 30/07/2015. Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 19/01/2016, às 14h21.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Analisando os locais virtuais, observamos os seguintes endereços eletrônicos para controle de prazos:

CV – AGUARD. CUMP. EXPEDIENTE, com 56, sendo o mais antigo o de 24/08/2015, sob o nº 0028644-96.2015.4.02.5120;

AGUARDA ACESSO AGU, com 04 documentos, sendo o mais antigo o de 13/01/2016, sob o nº 0001366-28.2012.4.02.5120;

AGUARDA ACESSO CEF, com 09 documentos, sendo o mais antigo o de 18/01/2016, sob o nº 0000320-38.2011.4.02.5120;

AGUARDA JULGAMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – EFEITO SUSPENSIVO: 00 documento.

CV – PRAZO CITAÇÕES – MONITÓRIAS E EXECUÇÕES: 00 documento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CV – PRAZO DE MANDADO / OFÍCIOS, com 14 documentos, sendo o mais antigo o de 17/12/2015, sob o nº 0076359-37.2015.4.02.5120;

EF – PRAZOS, com 171 documentos, sendo o mais antigo o de 03/03/2015, sob o nº 0001300-19.2010.4.02.5120.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 19/01/2016, às 14h21.

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Analisando os locais virtuais, observamos os seguintes endereços eletrônicos para cumprimento de ordem:

CV – EXPEDIR PRECATÓRIO/RPV E ALVARÁ, com 03 documentos, sendo o mais antigo o de 18/12/2015, sob o nº 0000990-08.2013.4.02.5120;

CV – EXPEDIÇÃO, com 14 documentos, sendo o mais antigo o de 14/01/2016, sob o nº 0002842-67.2013.4.02.5120;

EF – EXPEDIÇÃO, com 430 documentos, sendo o mais antigo o de 28/08/2015, sob o nº 0031555-81.2015.4.02.5120.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 19/01/2016, às 14h21.

**PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	19/01/2016
------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tipo de Sigilo	Processos
Absoluto	0
Sistema	3
Documento	1
Total Geral	4

Vistos os processos abaixo discriminados apresentaram devido registro no Sistema Processual Apolo do sigilo de justiça, com despacho determinante; porém, salvo melhor juízo, **não observamos o despacho determinando o referido sigilo no processo n. 00005747420124025120.**

00017453720104025120. Sigilo de justiça devidamente registrado no sistema e decisão deferindo o sigilo em 28/07/2014;

01422587920154025120. Sigilo de justiça devidamente registrado no sistema e despacho decretando o sigilo em 09/12/2015;

01490366520154025120. Sigilo de justiça devidamente registrado no sistema e decisão decretando o sigilo em 15/12/2015.

00005747420124025120. Salvo melhor juízo, não encontramos despacho determinando o referido sigilo de justiça;

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Sigilo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 19/01/2016.**

➔ **PUBLICAÇÕES**
(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	01/2015 a 12/2015
	Processos	3.880
	Boletins	110
	Média (Proc. / Bol.)	35,27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,63
--	--------------------------------	------

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 19/01/2016.

PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 28 processos com prazo vencido, sendo o mais antigo o de n.º 0002107-97.2014.4.02.5120, remetido em 13/05/2015, com data limite de entrega em 01/06/2015 e o mais recente sob o n.º 0500208-03.2015.4.02.5110, remetido em 01/12/2015, com data limite de entrega em 13/01/2016.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 15/01/2016, vencidos e não devolvidos até 15/01/2016 e consultas ao Sistema Processual Apolo, posição até 27/01/2016.

➔ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS (Artigos 267 a 269 da CNCR)

1. Número total de processos suspensos (em 19/01/2016): 2.534

2. Motivo Da Suspensão

- a) Aguarda decisão de instância superior: 46
- b) Art. 20, Lei 10522/02: 244
- c) Art. 40, § 2, LEF (arquivamento sem baixa): 1.013
- d) Art. 40, caput, LEF: 348
- e) CUMPRIMENTO PRECATÓRIO/RPV: 14
- f) Embargos à execução: 48
- g) OUTROS FASE CONHECIMENTO: 20
- h) OUTROS FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 313
- i) PARCELAMENTO: 482
- j) REPERCUSSÃO GERAL (CPC, art. 543-B e § 1º): 06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

• **Análises dos processos:**

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos, que apresentaram regular andamento:

a) **Aguarda decisão de instância superior: 33**

00040371320144025101; 01427890520144025120; 01554675220144025120;
00002912220104025120; 00003527220134025120; 00006511520144025120;
00006728820144025120; 00010718820124025120.

b) **Art. 40, § 2, LEF (arquivamento sem baixa): 02**

00001803820104025120; 00019101620124025120.

c) **CUMPRIMENTO PRECATÓRIO/RPV: 14**

00008094120124025120; 0002265520144025120; 01054659320124025170;
01058711720124025170; 01571944620144025120; 00018411820114025120.

d) **Embargos à execução: 24**

01708247220144025120; 00251892620154025120; 00019494720114025120;
00078782220154025120; 00518720320154025120; 00206700820154025120.

e) **OUTROS FASE CONHECIMENTO: 20**

00000423220144025120; 00001254820144025120; 00014811520134025120;
01267203920144025170; 00014641320124025120; 00003989520124025120.

f) **OUTROS FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 49**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00003637220114025120; 00905080320124025101; 00003596420134025120;
00028288320134025120; 00017384020134025120; 00002314420134025120.

g) PARCELAMENTO: 07

00000946720104025120; 00330656520104025101; 00223786320094025101;
00004018420114025120; 00322731420104025101; 00324775820104025101.

h) REPERCUSSÃO GERAL (CPC, art. 543-B e § 1º): 06

00007227420144025101; 01203422320144025120; 00068086720154025120;
01194346320144025120; 00055078520154025120; 00111745220154025120.

EXECUÇÃO FISCAL:

a) Aguarda decisão de instância superior: 13

00001301220104025120; 00031553320104025120; 00027136720104025120;
00016917120104025120; 00022701920104025120; 0031536320104025120.

b) Art. 20, Lei 10522/02: 244

00032401920104025120; 00032437120104025120; 00032410420104025120;
00012716620104025120; 00026123020104025120; 00029982620114025120.

c) Art. 40, § 2, LEF (arquivamento sem baixa): 1.011

00001818620114025120; 00002558320104025118; 00003195320114025120;
00006936920114025120; 00007156420104025120; 00008910920114025120.

d) Art. 40, caput, LEF: 348

00029041520104025120; 00031674720104025120; 05060592620104025101;
00024763320104025120; 00000285320114025120; 00003304820124025120.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

e) Embargos à execução: 24

00024348120104025120; 00002392620104025120; 00001579220104025120;
00003028020124025120; 00001232020104025120; 00022681520114025120;
00005553920104025120.

f) Outros – Fase/Processo Execução: 264

00001656920104025120; 00019749420104025120; 00025427620114025120;
00007441720104025120; 00000897420124025120; 00007242620104025120;
00008334020104025120; 00031429720114025120.

g) Parcelamento: 475

00022620820114025120; 00022647520114025120; 00022872120114025120;
00023158620114025120; 00023418420114025120; 00024284020114025120.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 18/01/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 27/01/2016.

➔ SENTENÇAS

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 796

- a. Convertidas em diligência: 44
- b. Embargos de declaração: 24
- c. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação: 04
 - ii. Extinção da execução: 09
 - iii. Improcedente: 122
 - iv. Procedente: 68
 - v. Procedente em parte: 75
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 20
 - vii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 01
 - viii. Procedente com tutela deferida: 06
 - ix. Procedente em parte com tutela deferida: 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- d. Sem resolução de mérito:
 - i. Sem resolução de mérito: 381
 - ii. Cancelamento da dívida ativa – Art. 26 da Lei 6830: 02
 - iii. Desistência da ação: 12
 - iv. Indeferimento de petição: 09
- e. **Vazias: 16**

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0150563-86.2014.4.02.5120; 0163786-09.2014.4.02.5120;
0163596-46.2014.4.02.5120; 0160165-04.2014.4.02.5120;
0158952-60.2014.4.02.5120; 0158500-50.2014.4.02.5120;
0156804-76.2014.4.02.5120; 0152093-28.2014.4.02.5120;
0163601-68.2014.4.02.5120; 0500013-85.2015.4.02.5120.

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0167326-65.2014.4.02.5120; 0153979-62.2014.4.02.5120;
0105066-15.2015.4.02.5120; 0009418-08.2015.4.02.5120;
0005599-23.2015.4.02.5101; 0002829-68.2013.4.02.5120;
0149252-60.2014.4.02.5120; 0156809-98.2014.4.02.5120;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0156806-46.2014.4.02.5120; 0155722-10.2014.4.02.5120.

2.1 Sem classificação no corpo da sentença:

0000400-41.2014.4.02.5170. **Apesar de registrada no sistema como tipo B2, consta tipo A no corpo da sentença.**

3. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0000114-63.2014.4.02.5170; 0163250-95.2014.4.02.5120;
0000129-56.2012.4.02.5120; 0000642-25.2010.4.02.5110;
0007705-95.2015.4.02.5120;

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0150551-72.2014.4.02.5120; 0000250-50.2013.4.02.5120;
0142538-84.2014.4.02.5120; 0142310-12.2014.4.02.5120;
0103565-26.2015.4.02.5120; 0063428-59.2015.4.02.5101;
0013959-78.2014.4.02.5101; 0002270-54.2014.4.02.5160;
0025099-18.2015.4.02.5120; 0028135-68.2015.4.02.5120;
0037571-51.2015.4.02.5120.

4.1 Classificação no corpo da sentença:

0000757-74.2014.4.02.5120. **Apesar de registrada no sistema como tipo C, consta tipo A no corpo da sentença.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 19/01/2016.

➔ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“São priorizados os processos com prioridade legal, que é controlada através do uso de marcadores no sistema Apolo e do monitoramento de seus prazos pela Diretora de Secretaria, com auxílio da Oficial de Gabinete, nos casos de: Mandados de Segurança Individuais e Coletivos, Ações Cíveis Públicas, Ações de Improbidade e Ações Populares, nos quais não houve extrapolação de prazo em nenhum dos feitos no ano de 2015.”

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição:

“A organização é feita pela Oficial de Gabinete, que extrai mensalmente a lista de processos conclusos para sentença, para que sejam trabalhados em ordem cronológica.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

→ EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

1ª VF de Nova Iguaçu/RJ (22/01/2016)		Trâmite	Total	
Processos	Com Sentença	Informada	27	27
		Não Informada	118	118
		Natureza Executória	132	132
	Total	277	277	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 22/01/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (Art. 217, II, da CNCR)

Posição em	19/01/2016	Período	01/01/2015 a 31/12/2015
------------	------------	---------	-------------------------

Tipo / Situação Atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Conferido	Enviado ou Transm. c/ Erro	Tempo Médio (dias) Últ. Julg. / Tot. Env.
RPV Juizado Especial	0	0	0	0	N/A
RPV	39	9	2	28	1.405
Precatório em Parcela Única	5	2	0	3	493
Precatório Parcelado	0	0	0	0	N/A
Total Geral	44	11	2	31	1.317

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 19/01/2016.

→ GRANDES DÉBITOS (Arts. 272 e 273 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado:

“As execuções fiscais de grandes devedores são controladas por meio da utilização de marcador específico no sistema Apolo, além de planilha cujo controle fica sob responsabilidade do Supervisor da Secretaria/Execução Fiscal:

RELAÇÃO GRANDES DEVEDORES – 13/01/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

***SOC/ DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUACU
- SESNI***

0002573-33.2010.4.02.5120

0002537-88.2010.4.02.5120

0002522-22.2010.4.02.5120

0002547-35.2010.4.02.5120

0002478-03.2010.4.02.5120

0002523-07.2010.4.02.5120

0002538-73.2010.4.02.5120

0002540-43.2010.4.02.5120

0002548-20.2010.4.02.5120

0002562-04.2010.4.02.5120

0002574-18.2010.4.02.5120

0001150-04.2011.4.02.5120

0002925-88.2010.4.02.5120

0002926-73.2010.4.02.5120

0000144-25.2012.4.02.5120

0000396-28.2012.4.02.5120

0000846-68.2012.4.02.5120

0001087-42.2012.4.02.5120

0001099-56.2012.4.02.5120

0113485-25.2013.4.02.5110

0000934-72.2013.4.02.5120

0000976-24.2013.4.02.5120

0001722-86.2013.4.02.5120

0001524-15.2014.4.02.5120

0500070-06.2015.4.02.5120

CIMOBRA'S INDUSTRIA DE MOLAS BRASILEIRAS

0000782-29.2010.4.02.5120

0000686-77.2011.4.02.5120

0001126-73.2011.4.02.5120

0003220-28.2010.4.02.5120

0003219-43.2010.4.02.5120

0000208-35.2012.4.02.5120

0001035-46.2012.4.02.5120



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0000848-04.2013.4.02.5120

0000925-13.2013.4.02.5120

0001010-96.2013.4.02.5120

0002160-78.2014.4.02.5120

RHENEN DO BRASIL INDUSTRIA DE MOLAS LTDA

0000686-77.2011.4.02.5120

0001126-73.2011.4.02.5120

0000208-35.2012.4.02.5120

0000494-13.2012.4.02.5120

0001035-46.2012.4.02.5120

0000848-04.2013.4.02.5120

0000925-13.2013.4.02.5120

0001010-96.2013.4.02.5120

DISBAR RIO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

0002225-78.2011.4.02.5120

ELMAR TRANSPORTES E TURISMO LTDA

0000124-05.2010.4.02.5120

0001215-96.2011.4.02.5120

0002884-24.2010.4.02.5120

0000205-80.2012.4.02.5120

0000196-84.2013.4.02.5120

ENGRAPLAST IND E COM DE PLASTICOS S/A

0001142-90.2012.4.02.5120

0001176-65.2012.4.02.5120

GOLD INVEST IND E COM DE OURO S/A

0001363-44.2010.4.02.5120

0001745-37.2010.4.02.5120

0002552-57.2010.4.02.5120

0002950-04.2010.4.02.5120

0002954-41.2010.4.02.5120

0002955-26.2010.4.02.5120

IC INTERCORP DO BRASIL LTDA

0001691-71.2010.4.02.5120

0002895-53.2010.4.02.5120

0002909-37.2010.4.02.5120

0002910-22.2010.4.02.5120

0002911-07.2010.4.02.5120

0003251-48.2010.4.02.5120

0003129-98.2011.4.02.5120



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**LAMINAÇÃO BRASILEIRA DE FERRO S/A -
BRASFERRO**

0002121-23.2010.4.02.5120

0002495-39.2010.4.02.5120

0002497-09.2010.4.02.5120

0001599-59.2011.4.02.5120

0001601-29.2011.4.02.5120

MALTA CARNES E DERIVADOS LTDA

0002577-70.2010.4.02.5120

0002663-41.2010.4.02.5120

0002768-18.2010.4.02.5120

0003247-11.2010.4.02.5120

0003248-93.2010.4.02.5120

0001560-62.2011.4.02.5120

0000443-31.2014.4.02.5120

**NORTEX IGUAÇU COMERCIO DE ROUPAS LTDA/
CHOCOLATE COM DE ROUPAS LTDA**

0002848-45.2011.4.02.5120

0001462-43.2012.4.02.5120

SAM INDUSTRIAS S/A

0000781-44.2010.4.02.5120

0002114-94.2011.4.02.5120

0001692-85.2012.4.02.5120

SILVER STAR PARTICIPAÇÕES S/A

0000123-20.2010.4.02.5120

0000203-47.2011.4.02.5120

0001370-02.2011.4.02.5120

0001949-47.2011.4.02.5120

0000172-90.2012.4.02.5120

0001802-84.2012.4.02.5120

0143398-85.2014.4.02.5120

SUPERMERCADOS ALTO DA POSSE LTDA

0004620-10.2010.4.02.5110

0002130-48.2011.4.02.5120

0000389-02.2013.4.02.5120

0000742-42.2013.4.02.5120

0000968-47.2013.4.02.5120

0000736-98.2014.4.02.5120

SUPERMERCADOS NOVO MUNDO LTDA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0000850-08.2012.4.02.5120

0001955-20.2012.4.02.5120

0000409-56.2014.4.02.5120

0000413-93.2014.4.02.5120

SUPERMERCADOS VIANENSE LTDA

0001210-40.2012.4.02.5120

0002856-51.2013.4.02.5120

TRANSPORTES SÃO GERALDO S/A

0000470-53.2010.4.02.5120

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

→ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

De acordo com o questionário pré-correição:

“No ano de 2015, foram realizados 245, 88 desbloqueios e 143 transferências via sistema BACENJUD, cuja protocolização fica sob responsabilidade da Diretora de Secretaria.

Já as constrições via sistema RENAJUD ficam a cargo do Supervisor da Secretaria/Execução Fiscal, inclusive a dos feitos cíveis. Os processos com pedido de penhora via RENAJUD deferidos ficam todos em local virtual específico. O servidor responsável realiza o cadastro das constrições no referido sistema quinzenalmente, em todos os processos que estiverem na pasta. O sistema RENAJUD não permite emissão de relatório por juízo.”

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **LEILÕES**

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Segundo informação prestada no questionário pré-correição, foi realizado um leilão no ano de 2015 (03/11/2015 e 17/11/2015), relativo a 29 processos.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

O juízo correicionado informou, no questionário pré-correição, que constam 223 bens penhorados, todos devidamente cadastrados no sistema Apolo, informação confirmada na estatística de bens penhorados obtida no Sistema Apolo, em 19/01/2016.

Total de bens penhorados: 223 (não baixados)

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

Processo: 0000063-42.2013.4.02.5120

Executado: BERGITEX IND/ TEXTIL LTDA

Data da Penhora: 25/11/2013 15:25

Tipo do Bem: Não informado.

Valor do Bem: R\$ 150.000,00

Quantidade: 1

Local: ESTRADA LUIS MARIO ROCHA LIMA, 2320, AUSTIN, NOVA IGUAÇU - RJ

Exequente: FAZENDA NACIONAL/CEF

Valor do Débito: R\$ 702.966,00

Vara: 01VF-IG

Mandado:MEF.2001.000016-1/2013

Executado: BERGITEX IND/ TEXTIL LTDA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Data da Penhora: 25/11/2013 15:25

Tipo do Bem: Não informado.

Valor do Bem: R\$ 390.000,00

Quantidade: 1 Local: ESTRADA LUIS MARIO ROCHA LIMA, 2320, AUSTIN, NOVA IGUAÇU - RJ

Exequente: FAZENDA NACIONAL/CEF

Valor do Débito: R\$ 702.966,00

Executado: BERGITEX IND/ TEXTIL LTDA

Data da Penhora: 25/11/2013 15:25

Tipo do Bem: Não informado.

Valor do Bem: R\$ 30.000,00

Quantidade: 2 Local: ESTRADA LUIS MARIO ROCHA LIMA, 2320, AUSTIN, NOVA IGUAÇU - RJ

Exequente: FAZENDA NACIONAL/CEF

Valor do Débito: R\$ 702.966,00

Vara: 01VF-IG Mandado:MEF.2001.000016-1/2013

Executado: BERGITEX IND/ TEXTIL LTDA

Data da Penhora: 25/11/2013 15:25

Tipo do Bem: Não informado.

Valor do Bem: R\$ 40.000,00

Quantidade: 2

Local: ESTRADA LUIS MARIO ROCHA LIMA, 2320, AUSTIN, NOVA IGUAÇU - RJ

Exequente: FAZENDA NACIONAL/CEF

Valor do Débito: R\$ 702.966,00

Vara: 01VF-IG Mandado:MEF.2001.000016-1/2013

Trata-se de execução fiscal autuada em 25/02/2013. Após a realização da penhora, em 25/11/2013 (fls. 25/27), foi determinada suspensão do processo, em 26/05/2015, até a alienação dos bens penhorados. Em 26/11/2015, constatou-se que os mesmos bens também foram penhorados no processo n.º 0000320-67.2013.4.02.5120, o que levou a Fazenda a pedir a penhora online de ativos da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Executada. Último despacho de 25/01/2016, determinando que seja informado o valor atualizado do débito.

Processo: 0000211-19.2014.4.02.5120

Executado: SENDAS DISTRIBUIDORA AS

Data da Penhora: 03/07/2014 00:00

Tipo do Bem: Não informado.

Valor do Bem: R\$ 3.999,00

Quantidade: 1

Local: AVENIDA TANCREDO NEVES, 3424, CENTRO, NOVA IGUAÇU

Exequente: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA.

Valor do débito: R\$ 3.205,75

Vara: 01VF-IG Mandado: MEF.2001.000306-4/2014

Trata-se de execução fiscal autuada em 26/02/2014. Sentença terminativa (tipo C), homologando a desistência da execução, proferida em 26/05/2015, transitada em julgado em 29/10/2015 (fl. 40). Diligência de **cancelamento de penhora** cumprida em 11/09/2015, **sem que, s.m.j., tenha sido atualizado o cadastro de bens penhorados.**

Processo: 0000242-78.2010.4.02.5120

Executado: OTICA LUXOTICA LTDA

Data da Penhora: 15/02/2012 00:00

Tipo do Bem: Não informado.

Valor do Bem: R\$ 12.000,00

Quantidade: 1200

Local: AV. DR. EUGENIO BORGES 1687 SALA112 ARSENAL SÃO GONÇALO RJ.

Exequente: UNIAO FEDERAL

Valor do Débito: R\$ 17.225,73

Vara: 01VF-IG Mandado: MEF.2001.000469-8/2011



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Trata-se de execução fiscal autuada em 03/11/2010. Determinada inclusão do feito em leilão, cf. despacho de 21/06/2012, o qual, todavia, foi suspenso em 19/09/2012. Novo leilão designado em 09/08/2013, com resultado negativo (fl. 184). Em 08/10/2014, foi determinada a suspensão da execução na forma do art. 40 da LEF. Em 04/03/2015, foi determinado o arquivamento do feito, nos termos do artigo 2º da Portaria MF nº 75, de 22/3/2012, com redação dada pela Portaria MF nº 130, de 19/4/2012. Suspensão cadastrada no sistema até 05/03/2020.

Processo: 0000517-90.2011.4.02.5120

Executado: M N FERREIRA CONSTRUCOES LTDA

Data da Penhora: 26/04/2012 00:00

Tipo do Bem: Não informado.

Valor do Bem: R\$ 85.000,00

Quantidade: 1

Local: Não informado.

Exequente: UNIAO FEDERAL

Valor do Débito: R\$ 50.516,56

Vara: 01VF-IG Mandado: MEF.2001.000622-5/2012

Trata-se de execução fiscal autuada em 03/05/2011. **Também não foi informado depositário no campo respectivo** (fls. 78/79). Certificada a apresentação de embargos à execução, em 08/01/2013 (fl. 86 – processo n.º 0000005-39.2013.4.02.5120). Sentença de improcedência dos embargos trasladada às fls. 98/101, proferida em 10/06/2013, e acórdão dando parcial provimento à apelação, às fls. 115/131, transitado em julgado. Processo suspenso em 06/06/2014, em razão da não manifestação da Exequente com relação ao despacho de 16/05/2014 (fl. 110).

Processo: 0000754-61.2010.4.02.5120

Executado: PERFORMA PERFUMARIA E FARMACIA LTDA

Data da Penhora: 17/08/2012 00:00

Tipo do Bem: Não informado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Valor do Bem: R\$ 6.992,00

Quantidade: 198

Local: Não informado

Observação: 49 Prateleiras Metalon (cada R\$18,00), (0,80x0,20); 14 Prateleira (R\$14,00 cada) (0,50x0,20); 4 prateleira (0,80 x0,4

Exequente: UNIAO FEDERAL

Valor do Débito: R\$ 27.159,22

Vara: 01VF-IG Mandado: MEF.2001.001116-8/2012

Execução fiscal autuada em 19/01/2011. **Fiel depositário também não informado.** Determinado leilão em 09/08/2013. Não foi possível, porém, a constatação e reavaliação dos bens, cf. certidão de fl. 93. Suspenso o feito em 26/08/2014, pela não localização de outros bens penhoráveis (art. 40 da LEF).

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 18/01/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 26/01/2016.

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Todos os acautelamentos são registrados no momento da entrega do bem/documento no sistema Apolo e os termos entregues para a Diretora de Secretaria, que os assina e realiza o acautelamento no cofre da vara”.

Em geral, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, não constam da listagem bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida, com exceção do seguinte processo:

Processo: 01109136620134025120

Bem apreendido/acautelado: Original do Cheque de n.º 000197, originário da Agência 3105, Conta Corrente 03000156-6, Série AAA

Data: 10/10/2014

Acautelamento: termo de fl. 67 dos autos.

Localização: Cofre da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu - Rua Oscar Soares, nº 2, Califórnia, Nova Iguaçu.

Obs.: Questiona-se, no processo em questão, a autenticidade da assinatura aposta no cheque acautelado, sobre o qual será realizada perícia.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.5.4, Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição até 26/01/2016.**

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Este juízo possui acervo integralmente eletrônico, razão pela qual não dispõe de pastas para arquivamento de expedientes. O Livro Ponto, o Livro Obrigatório de Reclamações e o Livro de Atas de Audiência encontram-se em ordem.”

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/00241, de 14/01/2016), item 5.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição de 2016:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Esta vara está instalada desde outubro de 2011 em um prédio novo, com espaço físico maior que o anterior. O prédio conta com três salas de audiência para os cinco juízos (três juizados especiais e duas varas cíveis) e garagem para magistrados, servidores e estagiários. A principal dificuldade a ser relatada diz respeito às constantes quedas de energia elétrica em períodos chuvosos, situação que já ocasionou inclusive a suspensão de uma audiência que estava em andamento, conforme citado no item referente às audiências. Trata-se de um problema que não diz respeito às instalações físicas em si, e sim à região em que a Subseção Judiciária está instalada. O atendimento pela companhia de energia elétrica costuma ser muito moroso, muitas vezes só sendo finalizado após o término do expediente. Não há outras situações dignas de nota no tocante às instalações físicas da vara.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 4.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Três meses: migração da análise de questões não padronizadas e/ou de alta complexidade da execução fiscal para o Setor de apoio ao gabinete, visando á completa eliminação de processos de execução fiscal conclusos para despacho há mais de 30 dias ou conclusos para decisão há mais de 60 dias. Retomada dos prazos vencidos durante o recesso (em especial, quanto á expedição de mandados).

Seis meses: adaptação dos modelos da vara ao Novo CPC. Implementação de mais planilhas de controle pela Diretora de Secretaria.

Um ano: qualificação de mais servidores da vara para cadastro de RPV/Precatório, manutenção de todos os prazos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*(processos conclusos e parados, cível e execução fiscal)
rigorosamente em dia e redução do acervo.”*

Fonte: Questionário pré-correção, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Marcia Fernandes Borges, Mat. n.º 15.548
José Vicente Benevenuti, Mat. n.º 15.035